

Depósito será em Samambaia

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

Marcelo Ferreira/CB/10.2.06



TÉCNICOS VOLTAM A REPROVAR USINA DE CEILÂNDIA, ONDE CONSTATARAM VÁRIAS IRREGULARIDADES

Mesmo sob resistência da comunidade, o projeto do novo aterro sanitário de Samambaia recebeu sinal verde para sair do papel. A Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) não quis esperar que o assunto entrasse na pauta ordinária do Conselho de Meio Ambiente (Conam) do Distrito Federal. Os conselheiros se reuniram na manhã de ontem, em caráter extraordinário, para analisar a proposta de um novo local para receber os resíduos do DF. E aprovaram o terreno de 72 hectares ao lado da Estação de Tratamento de Esgoto do Melchior, onde será erguida a usina de tratamento do lixo. Com isso, o aterro está pronto para receber a licença prévia. Faltarão ainda duas autorizações até que o aterro possa funcionar.

Mesmo cumprindo exigências técnicas de prevenção a danos ambientais, a usina preocupa os moradores da expansão de Samambaia, que serão vizinhos do aterro. Os chacareiros temem que o lixo cause proliferação de insetos, gere mau cheiro e atraia catadores. Quatro locais na cidade foram analisados, mas os técnicos entraram em consenso e escolheram o que fica próximo à ETE Melchior, entre Samambaia e Ceilândia. As opções descartadas eram áreas no Gama e em outros dois pontos de Samambaia. O critério usado para a escolha foi o de menor risco ao meio ambiente.

Uma das vantagens da cons-

trução do aterro sanitário será o tratamento do chorume – líquido tóxico gerado pela decomposição do lixo – antes de ser despejado nas redes de águas pluviais. O solo ficará protegido por uma manta especial de impermeabilização, para evitar que atinja o lençol freático, como ocorre no Lixão da Estrutural, que hoje representa uma ameaça ao Parque Nacional de Brasília, em função da proximidade. Quando o novo aterro estiver liberado para operar, o depósito irregular de lixo será desativado, de acordo com as previsões da Semarh.

O subsecretário de Meio Ambiente do DF, Fernando Fonseca, afirma que, apesar do passo dado

ontem para a criação do aterro, o projeto dificilmente estará pronto antes do final deste ano. “Com sorte e muito empenho, até lá estará funcionando. Temos urgência, porque o novo aterro é absolutamente necessário”, explica. A urgência é imposta porque o Lixão está no limite de sua capacidade. Em janeiro, a Semarh criou uma comissão para definir o que será preciso fazer para desativar o depósito, que recebe 2,4 mil toneladas diárias de resíduos.

Pela situação atual do Lixão, a recuperação do meio ambiente será lenta. Estudos indicam que o a situação do local é muito precária. São 200 hectares de área ocupada por uma montanha de lixo

formada nos últimos 40 anos. Apenas um quarto desse acúmulo está exposto. O resto é coberto por terra e uma fina camada vegetal. Por toda parte há chorume correndo a céu aberto.

Resíduos hospitalares

Os projetos de desativação do Lixão e construção do aterro de Samambaia têm recursos do programa Brasília Sustentável, financiado pelo Banco Mundial (Bird). São US\$ 8,5 milhões (R\$ 18,41 milhões, no câmbio de ontem). No entanto, não há o mesmo incentivo para resolver outro problema envolvendo o lixo. Uma das principais usinas de compostagem de resíduos do DF, a do Setor P Sul,

em Ceilândia, continua reprovada pelos técnicos da Gerência Regional do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ontem à tarde, o local passou por nova vistoria. De acordo com o coordenador do Núcleo de Licenciamento Ambiental do Ibama, Guilherme de Almeida, a usina ainda despeja lixo hospitalar em uma vala improvisada, apesar de os técnicos terem condenado a prática.

O Ibama havia pedido a instalação de câmaras frias para colocar os resíduos dos hospitais e clínicas nos períodos em que o forno de incineração tivesse que parar para manutenção. O órgão ainda requisitou as análises dos restos da incineração e dos gases emitidos na usina, que não foram entregues. Exigências como a cobertura da canaleta de drenagem do chorume e do pátio de compostagem foram parcialmente atendidas.

A usina é operada pela Qualix Serviços Ambientais, vencedora da licitação para fazer o serviço no DF. Desde o final do ano passado, a empresa é alvo de vistorias e multas do Ibama, por não cumprir normas de prevenção ambiental. A visita de ontem pegou os responsáveis pela usina de surpresa, segundo informou a assessoria de imprensa. A alegação é de que a Qualix pediu que o prazo para as adequações fosse estendido até abril. “Nós não recebemos esse documento”, rebate Guilherme de Almeida. O Ibama concedeu um prazo de cinco dias para apresentação do pedido.